

# DO STATUS AO ESTADO DE ÓDIO NO BRASIL: motivações, estratégias e consensualidade

Francisco Pedroso<sup>1</sup> 

## RESUMO

O estudo aborda, como tema central, a fabricação de consensos e a disseminação de ódios na contemporaneidade da sociedade brasileira, visando identificar a origem, estrutura e efeitos políticos desta combinação. Para tal, fez-se mister, digressões à obras de autores considerados intérpretes clássicos do Brasil e dos brasileiros. Caracterizado por revisões bibliográficas e possuindo um caráter explicativo, recorreu-se a fontes documentais, jornais, bem como a pronunciamentos públicos, apresentando o tema de forma qualitativa. Os conceitos/ideias e autores que norteiam o estudo são: fabricação de consensos/construção da opinião pública (Noam Chomsky/Patrick Charaudeau); discursos de ódio (Jean Pierre Lebrun) e, processos de desigualdade socioeconômica (Jessé Souza). Como resultado da pesquisa, compreende-se que a identidade do brasileiro foi fabricada de modo depreciativo, desconsiderando-se contextos sócio-históricos, desenvolvendo ainda mais o distanciamento entre os grupos sociais, que, diante de uma agenda política socio-inclusiva, observou parcelas da classe média e elites econômicas reagirem revoltosamente, destilando e disseminando ódios até então latentes na sociedade e/ou nos espaços de esfera política, motivados por um duplo interesse de classe, a saber: de uma elite econômica, nacional e internacional, desejosos de maior controle das regulações políticas e econômicas do Estado, e outra, que engloba os estratos mais elevados da classe média, incomodados com a relativização de seus símbolos de distinção em uma sociedade que se projetava cada vez mais inclusiva; possibilitando a implementação do desmonte institucional do Estado, provocando tanto uma diminuição da atuação estatal, como uma marginalização dos mais baixos estratos sociais.

**Palavras-chave:** Distinção social, Estado, Fabricação de consenso, Ódio, Opinião Pública.

## FROM STATUS TO THE STATE OF HATE IN BRAZIL: motivations, strategies and consensuality

### ABSTRACT

The study addresses, as a central theme, the creation of consensus and the dissemination of hatred in contemporary Brazilian society, aiming to identify the origin, structure and political effects of this combination. To this end, digressions to the works of authors considered classic interpreters of Brazil and Brazilians were made. Characterized by bibliographic reviews and having an explanatory character, documentary sources, newspapers, as well as public pronouncements were used, presenting the theme in a qualitative way. The concepts/ideas and authors that guide the study are: consensus building/public opinion building (Noam Chomsky/Patrick Charaudeau); hate speech (Jean Pierre Lebrun) and processes of socioeconomic inequality (Jessé Souza). As a result of the research, it is understood that the identity of the Brazilian was manufactured in a derogatory way, disregarding socio-historical contexts, further developing the distance between

<sup>1</sup> Universidade Feevale/Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Autor Correspondente: Francisco Pedroso

E-mail: [chicolicio87@bol.com.br](mailto:chicolicio87@bol.com.br)

Recebido em 12 de Janeiro de 2023 | Aceito em 25 de Outubro de 2023.

to react rebelliously, distilling and disseminating hatred that was latent in society and/or in the political sphere, motivated by a double class interest, namely: an economic elite, national and international, desirous of greater control of the State's political and economic regulations, and another, which encompasses the highest strata of the middle class, uncomfortable with the relativization of their symbols of distinction in a society that was increasingly projected to be inclusive; enabling the implementation of the institutional dismantling of the State, causing both a decrease in state action and a marginalization of the lowest social strata.

**Keywords:** Social distinction, State, Consensus manufacturing, Hatred, Public Opinion.

## INTRODUÇÃO

Centrado na fabricação de consensos, que mobilizou discursos reacionários e odiosos de agrupamentos sociais específicos e, posteriormente, permeando os discursos de relevantes políticos, entre os quais, representantes de governo, o artigo aborda os discursos de ódio como reflexo de um desordenamento estrutural da sociedade pseudo estamental brasileira, logo, sendo um ódio de classe. A delimitação temporal do estudo enfatiza o período de 2013 a 2022, ainda que haja certas digressões à obras clássicas de intérpretes do Brasil. Entende-se a relevância do estudo por conta de elucidar a estrutura de fabricação consensual e de construção de opinião pública que ordenou os espaços sociais e os atores que os ocupariam em nossa sociedade, ainda latente para grande parcela da sociedade. Neste sentido, busco responder: *Quais as motivações, estratégias e efeitos da fabricação de consensos e disseminação de ódio na sociedade brasileira?*

O objetivo geral, portanto, é identificar e analisar as motivações da disseminação de tal afeto, bem como sua condensação no discurso social e seus efeitos políticos e sociais. Especificamente, buscou-se sintetizar a histórica fabricação consensual e das opiniões públicas construídas (Chomsky, 2003; 2017; Charaudeau, 2019; 2020), associando-as aos conceitos mobilizados por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta, nas respectivas obras: *Casa Grande e Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1935), *Os donos do poder* (1958) e *O que faz o Brasil, Brasil?* (1986), analisando, por fim, política e socioeconomicamente, a sociedade contemporânea sob a perspectiva de Jessé Souza (2015; 2017) e, no que concerne aos discursos de ódio, Jean Pierre Lebrun (2008).

Utilizando o método experimental, o artigo tem caráter explicativo, recorrendo as fontes documentais supracitadas e está estruturado em três partes: a) *Fundamentação teórica*, destacando os principais autores, conceitos e ideias que estruturam o estudo, bem como suas relações dialéticas e os enquadramentos midiáticos; b) *Metodologia*, no qual explico o processo de desenvolvimento da pesquisa; e, c) *Análises e Resultados*, onde realizo as conjecturas e digressões que permitem observar o processo como um todo, assim como exponho os resultados parciais do estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O título deste estudo busca sintetizar a estrutura analítica proposta, posto que um conceito e/ou ideia vai se amarrando e se complementando no processo histórico. Ao iniciar com o ódio, problematizo os fundamentos deste afeto já os associando ao status do Estado brasileiro. Tratando do ódio, em seu sentido e significado, Lebrun (2008) afirma que o sentimento de ódio está relacionado a violência, e presente cotidianamente nas mais variadas formas de expressões e/ou atitudes, isto é, como os sujeitos se manifestam, relacionam, discursam e/ou permitem ao outro discursar, caracterizando superioridades – simbólicas ou não. Ódio que, estruturado no sujeito, só o é (evidencia-se) quando externalizado, em suma, na relação com o outro.

A estrutura desse ódio é a opressão, impostas e aceitas pelo Estado, pela sociedade e/ou pelas famílias. Normas morais e legais instituem padrões e limites, tanto para ações como para pensamentos. O ódio, neste sentido, surge do desejo de dominar. E se o sujeito deseja dominar, é porque não domina. E se em algum momento dominou e não exerce mais tal ação, subentende-se como insubordinação dos que deveriam estar dominados de modo “natural”.

Quando utilizo o jogo de palavras status e Estado, referencio-me, primeiramente, a um estado de coisas, a um ordenamento societário, isto é, à identificação de quais grupos formam a sociedade brasileira e quais espaços e/ou ações cada qual estaria destinado a ocupar/realizar; na sequência, ao lidar com o termo Estado, refiro-me as instituições políticas e/ou burocráticas, ou até mesmo a representação mor deste, o governo federal, que em funcionamento dão vida a ideia abstrata de Estado. Para entender o status que o Brasil construiu para si, foi que revisei os autores que se tornaram (não por definição deles próprios) os intérpretes do Brasil e suas obras, tornadas clássicas pela legitimidade conferida a análise que realizaram, até recentemente, sob o jugo acadêmico (Souza, 2015). A análise particular de cada um dos autores clássicos enunciados foi sendo consensualizado, de modo a se tornar uma perspectiva hegemônica de caracterização do brasileiro. Reiterado em discussões acadêmicas, escolares e representados na televisão, seja em filmes ou novelas, a opinião privada foi, no decurso temporal, tornando-se pública (Souza, 2015). O primeiro deles, Gilberto Freyre, suavizou os horrores do processo escravagista brasileiro, transparecendo uma relação, por vezes, quase familiar entre senhor e escravizado, quando não, tecendo comparações de positividade entre as realidades que o sujeito transladado teria no Brasil em relação ao seu local de origem (Freyre, 2001). O cotidiano freyriano, desta forma, corroborava para uma exclusão do racismo nas relações entre os viventes da Casa Grande e da Senzala. Para Freyre (2001), a junção dos aspectos relacionais destes era harmônica, permitindo que houvesse mobilidade social em uma sociedade, enquanto imperial, estamental. Este é um dos argumentos que descaracterizaria, na visão de Freyre, qualquer forma de preconceito racial oriundo dos portugueses e brasileiros. O sequestro, a anulação identitária, a não permissão de culto religioso próprio, as violências “educacionais”, as violências sexuais, as separações familiares enquanto expostos em feiras e/ou leilões e os trabalhos por horas a fio foram consideradas, dessa forma, um favor dos homens brancos. Outra percepção elencada pelo autor, se dá na inversão da qualificação da miscigenação, até então observada como prejudicial e que formava uma “raça” inferior à do negro, para os pensadores alinhados ao que denominamos de racismo científico. A miscigenação, com Freyre, tomou um outro caminho.

Nas palavras do autor, a miscigenação

(...) que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido da aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. (Freyre, 2001, p. 46)

Defendido uma ideia de democracia socio-racial, o complemento se deu com Sérgio Buarque de Holanda, que defendeu, inicialmente, uma meritocracia social, desconsiderando as heranças materiais e imateriais da hereditariedade. Segundo o autor, cada

(...) qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes... [...] os privilégios hereditários, que, a bem dizer, jamais tiveram influência muito decisiva nos países de estirpe ibérica [...] não precisaram ser abolidos neles para que se firmasse o princípio das competições individuais. (Holanda, 2014, p. 36-7)

Evidentemente que, defendendo uma ideia meritocrática, acabaria não escapando de enaltecer o protestantismo e um certo espírito capitalista, passando a comparar os Estados ibéricos aos protestantes no que tange suas relações com o trabalho, oriundo por um lado, ibérico, de ociosidade, enquanto o outro, age em negação do ócio. Holanda (2014) defendia que o lusitano não gostava de trabalhar, era aventureiro; enquanto o britânico, por sua vez era culturalmente trabalhador, propondo uma dicotomia entre atraso e avanço, desconsiderando que, respeitando as peculiaridades, o senhor equivalia ao burguês, enquanto o escravo ao operário. Trazendo tal debate para a dicotomia colonial, temos os Estados Unidos, com seu jeito certo americano de viver e, o Brasil, implicitamente, com seu jeito deturpado/degenerado de existir. Portanto, o ideal seria que o Brasil se inspirasse ou mesmo deixar-se influenciar pelo modelo estadunidense. Nosso atraso, nesse sentido, estaria em termos por nossa formação, uma inferioridade no que tangenciava nossas ações, emotivas e não racionalizadas, tomadas com o coração e não com a mente, e por isso, cordiais. Esse homem privado, ao tomar a frente de decisões do Estado, faz deste Estado, um complemento de sua particularidade, não distinguindo o espaço do privado e do público, dito de outra forma, instituindo um patrimonialismo (Holanda, 2014; Faoro, 2012).

Por ser da forma como se construiu, o brasileiro não consegue escapar do que DaMatta (1986) definiu por “jeitinho”, isto é, uma forma de burlar normativas, legislações, regramentos e ordens sob o pretexto de conseguir realizar seus objetivos e/ou agir com domínio de seus interesses. Da mesma forma que Holanda (2014), DaMatta (1986) tece comparações com os Estados “protestantes” modernos (e não arcaicos, como o brasileiro), nos quais, os índices de “jeitinhos” são ínfimos. O que ele não problematiza, já adiantando parte da análise, é que o tal jeitinho esteja diretamente ligado a atuação e presença do Estado, e que em sua ausência ou quando pouco atuante, pouco interventor no tocante a diminuição dos processos de desigualdades, restaria ao indivíduo, pouco representado por este Estado, agir na marginalidade deste. Portanto, o “jeitinho” seria, contrariando DaMatta, uma ferramenta utilizada por pessoas sem condições de exercer um dado processo de forma justa. Em que pese, este é o brasileiro construído. Brasileiro que viria a ocupar os espaços públicos, entre os quais, as cadeiras do Congresso e da Presidência da República, logo, nosso Estado todo estaria alinhado e submetido a esta caracterização e, por conseguinte, ordenamento, onde certos grupos, cada vez menores, dominam um cenário enquanto uma maioria, cada vez maior, fica submetida e submissa.

Numa sociedade/Estado em que tudo está em seu lugar, sob os domínios e controle daqueles que se entendem como responsáveis por tal, não haveria motivo, segundo Lebrun (2008), para se ter ódio entre os agrupamentos. Sendo assim, o ódio manifestado, a partir de 2013, fundamentar-se-ia num desordenamento socioeconômico, em outras palavras, em grupos desprovidos de alguns bens, móveis e imóveis, ou de acesso a certos espaços, sejam de instituições, como de passeios, ou ainda, que tenham sido retirados de uma situação de vulnerabilidade alimentar e/ou da extrema pobreza, vivendo diariamente com o espectro da fome, que passaram, através de políticas públicas a terem acessos, cada qual em seu recorte, ao que não possuíam. Todos estes aspectos são defendidos por Souza (2015) como centrais para convencer a classe média frustrada por estar observando seus símbolos de distinção perderem o sentido com o advento de estratos mais baixos terem acesso aos bens e consumos que os privilegiavam. E o convencimento ter-se-ia dado por interesse de uma elite econômica e financeira, que cada vez mais, detinha menor poder de interferência nos processos de regulação e controle do Estado (Chomsky, 2017). De acordo com Souza (2015) e Singer (2018), o anúncio da exclusividade de usufruto dos royalties do Pré-Sal para desenvolvimento exclusivo da educação básica (posteriormente aprovado em plenário do Congresso), foi o estarte para o movimento de intervenção no Estado brasileiro e interrupção imediata da agenda socio-inclusiva proporcionada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Todavia, não se poderia abertamente informar que estes seriam os motivos, sendo assim, gerar uma motivação mais abrangente, consensualizada, far-se-ia urgente e necessária: a corrupção, neste caso, se tornaria o tema central.

A partir deste momento, se recorreu a uma estrutura de formatação de pensamento social, a fabricação de consensos, a partir da construção de opinião pública e, portanto, o meio mais imediato e de largo alcance, seriam os jornais televisivos da mídia corporativa. Se com esta estrutura se havia ordenado a sociedade tal qual se mantivessem os privilégios e distinções de uma dada classe – a classe média alta – enquanto os pobres não ultrapassariam uma linha imaginária que os mantivessem no seu lugar de subalternidade e de subcidadania, ressignificar tal discurso com este mecanismo poderia ser eficaz. As Jornadas de Junho foram um primeiro passo nesse processo de modelagem ideológica e consensualidade da opinião pública, com a alteridade do foco dos protestos, iniciados em contrariedade ao aumento das passagens dos transportes coletivos, de responsabilidade estadual e municipal, para a esfera federal, propriamente ao governo Dilma Rousseff – que aliás, se posicionou a conversar com os executivos estaduais e municipais no intento de subsidiar o não aumento das tarifas. Contudo, e parcela dos manifestantes não estavam mentindo, não era por causa de R\$ 0,20. A corrupção e mau uso do dinheiro público, principalmente em relação a realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo, no qual os discursos eram o de necessidade de hospitais e escolas e não de estádios passou a tomar cada vez mais os espaços dos telejornais. Se hospitais (Saúde) e escolas (Educação) eram as prioridades, as ações de Dilma em relação ao Pré-Sal estavam de acordo com os ruídos das ruas, todavia, não era isso que estava em jogo, mas sim, o enfraquecimento da própria presidenta e do PT visando uma vitória no pleito de 2014 que reordenasse os estratos sociais e o controle do Estado (Pedroso, 2019).

Para se chegar a tal resultado, pôs-se em prática a fabricação consensual. Chomsky (2017) defende que esse procedimento não é realizável de modo isolado, mas sim, em um mecanismo complexo que interliga diversos outros procedimentos. A modelagem ideológica é um fator determinante. Com ela, conceitos são desfeitos e/ou alterados (exemplo da recorrente ameaça comunista) e isso passa por uma educação projetada para tal – e se não, ao menos projetada para não funcionar em sua plenitude que permitisse uma não confusão conceitual. Outro princípio, compreendido como fundamental por Chomsky (2017) é a restrição democrática, isto é, a não permissão e/ou possibilidade de se fazer uso de certos espaços, entre eles, o educacional (no Brasil, somente em 1996, com o Plano Nacional de Educação, efetivou-se o direito social e dever estatal de fornecer educação pública a todas as crianças e adolescentes). Outro setor da sociedade marginalizado até primórdios da década de 1990 era a Saúde, onde o acesso a atendimentos médico-hospitalares era restrito aos trabalhadores assalariados e/ou contribuintes de algum modelo previdenciário, restando aos demais, os atendimentos das Santas Casas de Misericórdia (nenhuma crítica a instituição, mas, levando-se em conta a demanda proporcionalizada, muitos não conseguiam acessar o serviço). Um último ponto a elencar – para não me estender – era (como voltou a ser) a restrição ao trabalho e emprego<sup>1</sup>. Utilizando estes três pontos como medida para uma baixa criticidade, fica fácil assimilar que um sujeito sem informações e/ou conhecimento suficiente, sem acesso a Saúde e trabalho dignamente remunerado, que proporcione ao menos uma alimentação saudável tenha qualquer outro tipo de preocupação do que conscientizar-se politicamente de sua classe social e, por conseguinte, dos processos exploratórios a qual estaria condicionado (Pedroso, 2019). Essa conjuntura é que facilita o processo de transformação de uma estrutura de pensamento privado de grupos dominantes em uma opinião de grande parte da sociedade, tornando-se uma opinião pública consentida (Charaudeau, 2020).

Charaudeau (2019) em paridade teórica com Chomsky (2003) ressalta o importante papel legitimador da mídia. Ela constrói e dissemina não uma verdade, mas um ponto de vista sobre algumas verdades e o faz com um valor de verdade, isto é, com o arranjo legitimador de quem/algo que não teria interesses outros que não o de informar. Existe nesse seguimento uma aura de verdade, de espacialidade; os comentaristas são

1 Ora, vivendo em uma sociedade capitalista, nada mais coerente ao sistema, como alertava Marx (2013), que se mantivesse um exército de mão-de-obra reserva, que mantivesse certa vigilância e coerção sobre os poucos empregados, bem como pressionasse o salário a níveis cada vez mais baixos em relação à produção laboral. N.A.

renomados em suas áreas, bem como, quando possível, institui-se uma familiaridade com a manutenção de apresentadores por gerações, o que projeta ainda mais um fator de confiabilidade, motivo pelo qual definiu-se o Jornal Nacional (JN), da Rede Globo<sup>2</sup>, somado ao fator principal: a liderança de audiência (Fiori, 2020).

A derrota da estratégia de enfraquecer o PT, em virtude da reeleição de Dilma, remodelou a fabricação consensual que partiria para uma fase de criminalização do partido e de suas lideranças, afinal de contas, de acordo com Souza (2015), observar os “vermelhos” mantidos no poder por mais quatro anos (e pela quarta derrota seguida) foi, para a elite do atraso, “a ressaca da frustrante primavera brasileira” (p. 245). Com a atitude antiética de não respeitabilidade da vontade comum, grupos políticos associaram-se ao bloco conservador e antipopular gestado nas Jornadas de Junho pensando na penúltima possibilidade para brechar os governos do PT: o controle do complexo jurídico-policia do Estado, a saber, “instituições destinadas a proteger a democracia passaram a agir de modo concertado para derrubá-la” (Souza, 2018, p. 108). Neste sentido, Mídia e Judiciário formaram a parceria que faltara em 2013. Da abertura da Lava-Jato, pouco tempo levou-se para que o processo policial assumisse um viés político. O candidato derrotado, Aécio Neves, ao retornar para o Senado, fez um discurso forte de oposição ao governo, prometendo atuar de forma incansável e intransigente (Oliveira, 2014). Já Aloysio Nunes, presidente nacional do PSDB, conterrâneo de Aécio, segundo Taquari (2015), do portal Valor Econômico, em março de 2015, foi ainda mais incisivo, referindo-se ser contrário ao impeachment, pois desejava era ver o governo sangrar. Ainda em concordância com o portal de notícias, meses depois, Aécio afirmava que o governo Dilma Rousseff seria mais breve do que alguns imaginavam (Casado & Rittner, 2015).

Com a estratégia de criminalizar o PT, Dilma Rousseff sofreu um processo de Impeachment; o ex-presidente Lula foi conduzido coercitivamente pela PF em uma ação espetacular e, posteriormente preso, às vésperas das eleições, enquanto era o candidato favorito com quase 40% das intenções de votos (G1.com, 2018). O papel das mídias na fabricação consensual foi crucial neste ponto, pois segundo Chomsky (2017), possibilita que os cidadãos sejam transformados em consumidores, e como tal, tomariam decisões irracionais, no sentido de aprovarem e/ou aceitarem medidas e/ou políticas que transitem na exata contramão de seus interesses pessoais e/ou coletivos. É esta falta de criticidade, da falta de entendimento do quão relevante o sujeito é para o processo contínuo da política estatal, em suma, da completa alienação dos processos analíticos, representativos enquanto classe e, por conseguinte, decisórios no campo político-partidário que constrói uma narrativa defensora de uma agenda política privatizante de serviços públicos por grupos os quais não teriam capacidade financeira de subsidiar os mesmos serviços se os fossem cobrados. Da mesma forma, são estes grupos que consentem com o discurso de que ‘bandido bom é bandido morto’, sem se darem conta de que o policiamento estrutural não observa exatamente o “bandido”, mas sim, a cor, as vestes, a ocupação, o local de moradia, bem como o local de abordagem da pessoa – e que a depender de tais fatores, a abordagem pode ser feita para um cidadão constitucional, como para um suspeito, violento, em potencial (Almeida, 2020).

Ao tratar de temas como corrupção, o telejornal enfatizava a participação do PT, ainda que outros partidos estivessem significativamente mais envolvidos. Também se utilizou de layouts em que demonstravam dinheiros escorrendo por dutos e esgotos, associando a uma sujidade política e/ou dinheiro posto fora. Em outros momentos, para evidenciar a relação do PT, inseria-se fotos dos envolvidos, enquanto os que possuíam relações com outros partidos e/ou apenas ao setor privado a imagem era representada com um perfil cinza. O Impeachment decretava a condenação da principal representação em chefe (do Estado) do petismo, ainda que dias após o afastamento definitivo de Dilma, seu ex-vice, então empossado, Michel Temer, tenha aprovado a não criminalização das chamadas pedaladas fiscais – objeto usual por todos os presidentes desde 1990 e por diversos governadores e prefeitos eleitos

2 O JN, tradicionalmente mantém suas âncoras por tempo prolongado, exemplos de Cid Moreira que permaneceu por 27 anos – destes, por 17 anos em parceria com Sérgio Chapelin – e com sua saída, em 1996, William Bonner assumira o posto, completando 26 anos à frente do telejornal – 13 deles em parceria com Fátima Bernardes e 8 com Renata Vasconcellos (G1.com, 2022). Com isso, o JN não perde sua identidade, mantendo o efeito de verdade em decorrência da confiabilidade estabelecida com a proximidade em relação ao telespectador (CHARAUDEAU, 2019).

desde então (Pedroso, 2019). A votação pela admissibilidade do processo na Câmara dos Deputados, por sua vez, foi marcada por narrativas moralizantes, entoando valores como família, dignidade, patriotismo e, por vezes, de combate a corrupção e ataques ao comunismo e pela lembrança de torturadores do período ditatorial, como fez o parlamentar Jair Bolsonaro. Entretanto, a estratégia de criminalização não era em relação a Dilma, mas ao PT. Ações discutíveis, emblemáticas e de evidente abuso de poder, já haviam sido observado na fatídica condução coercitiva de Lula para prestar depoimentos na Polícia Federal – onde já prestara outros depoimentos sempre que solicitado, não demonstrando nenhuma possibilidade de fuga e/ou de não contribuir com os processos investigativos. Com o favoritismo de Lula em 2018, a única alternativa para efetivar o golpe orquestrado em 2013, era impedir Lula de participar do pleito: a medida mais “simples” foi sua prisão. A imagem do PT estava criminalizada e enfraquecida. Seus principais dirigentes estavam presos ou usurpados do poder por pseudo-crimes de responsabilidade fiscal. O efeito foi imediato: Fernando Haddad não conseguiu chegar próximo do vencedor do pleito de 2018: Jair Bolsonaro – sendo este o primeiro e mais central efeito da fabricação consensual e de disseminação cada vez mais intensa de ódios das mais variadas tipologias.

Como diria Mark Twain, uma mentira poderia dar a volta ao mundo enquanto a verdade ainda estaria calçando os sapatos. Isto é, desconstruir uma mentira é imensuravelmente mais complexo que explicar algo de um marco zero informativo. E, em tempos de fluxos informacionais de uma sociedade em rede, a fala de Twain, ainda no século XIX, se encaixa em nossa realidade, sem necessidade de explicação analógica ou metafórica. Portanto, mesmo que posteriormente se tenha declarado que Dilma Rousseff não tenha cometido crimes de responsabilidade fiscal, e que nem Lula tenha tido um processo límpido e com provas irrefutáveis, evidenciando a suspeição do então ex-juiz Sérgio Moro – que se tornou Ministro da Justiça do governo Bolsonaro, vencedor do pleito em que Lula era favorito –, desmacular as figuras de Dilma e Lula, bem como do próprio PT, será um processo demasiado complexo e temporalmente prolongado.

### 3 METODOLOGIA

Tratando-se de um estudo que explique um processo macroestrutural de sociedade, no qual a abordagem faz-se dinâmica e totalizante, utilizou-se o método explicativo de pesquisa, que, segundo Prodanov e Freitas (2013), “possibilita a manipulação e o controle das variáveis, no intuito de identificar qual variável independente que determina a causa da variável dependente, ou o estudo do fenômeno” (p. 57). O corpus da pesquisa foram as fabricações consensuais e construção de opiniões públicas e a subsequente efervescência de discursos de ódio no último decênio (2013-2022). A revisão bibliográfica possibilitou as digressões apresentadas para identificar a gênese da fabricação consensual legitimada na sociedade brasileira e que serviu como estrutura discursiva fundamental para a manutenção de privilégios de classe sempre que necessário.

No tocante ao papel das mídias nesse processo de construção e consensualidade da opinião pública mais recente, foram analisadas 27 edições do Jornal Nacional da Rede Globo, distribuídas entre momentos políticos chaves – sendo eles: as Jornadas de Junho de 2013; as eleições presidenciais de 2014 e 2018; o Impeachment de Dilma Rousseff, em 2016; a condução coercitiva e a prisão de Lula, em 2016 e 2018 –, com o intuito estratégico de enfraquecer e/ou criminalizar o Partido dos Trabalhadores (PT) e suas principais lideranças, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

No desenvolvimento do estudo, primeiramente discorreu-se sobre a gênese da fabricação da opinião pública e seu consentimento social, para em seguida sintetizar o cenário político-socioeconômico brasileiro mais recente, visando identificar as motivações reacionárias ao governo federal, bem como os efeitos deste processo e do ódio disseminado a partir deste movimento, apresentando a estrutura e estratégias utilizadas. Por fim, realiza-se uma análise sobre os efeitos tanto da fabricação consensual, como o resultado político da eleição de Jair Bolsonaro, como os efeitos políticos gerados pelo governo em questão, isto é, analisa-se tanto os efeitos do processo, como os efeitos do efeito principal, em suma as variáveis de causa e consequência (Prodanov & Freitas, 2013).

## 4 ANÁLISES E RESULTADOS

A análise acerca da efervescência do ódio observado na sociedade brasileira pauta-se, segundo Lebrun (2008) pelo entendimento de perda simbólica de objetos/espços/funções de distinção que permitiam certa dominação de um grupo sobre os demais (Souza, 2018). Em outras palavras, foi a perda do domínio sobre a exploração de mão-de-obra barata, como no caso das empregadas domésticas; a perda de dominação do espaço de atuação dos médicos brasileiros com a presença de profissionais estrangeiros; a perda de distinção no usufruto de aeroportos e rodoviárias; perda da exclusividade na ocupação de vagas no ensino superior – ainda que exista uma distinção entre os próprios cursos, com manobras institucionais que dificultem a manutenção da matrícula<sup>3</sup>. Enfim, perde-se o domínio e surge, portanto, o desejo de retomar o domínio, o controle, ou seja, de manter a ralé na linha (Chomsky, 2017). A simbologia distintiva de classificação de classes estava ruindo, ainda que de forma lenta e conservadora (Singer, 2012).

Deste modo, no afã de retomar o controle distintivo de seu status, a classe média iludida aderiu ao discurso de combate a corrupção política do Brasil, como se fosse um problema agudo dos governos petistas e não um problema sistêmico (Souza, 2018) e participou das estratégias estruturadas na fabricação consensual e de construção da opinião pública, que teria como objetivo beneficiar não necessariamente esta classe média (e por isso iludida), mas a uma elite econômica e rentista. Para tanto, seguindo a perspectiva dos intérpretes do Brasil, o brasileiro, de modo geral, entende-se (e, por vezes, rotula o outro de tal modo, isentando-o de tal caracterização) como sendo cordial, emotivo, malandro, corrupto e corruptível. Este sujeito não diferencia ou não faz questão de diferenciar os espaços privados dos públicos, de sua casa e das instituições, logo, ao adentrar no campo/jogo político, corrompe a política. Senso-comumente, a sociedade enxerga os políticos como todos “iguais”, no qual nenhum escaparia. Esta é uma forma de dicotomizar os espaços públicos dos espaços privados no que tange a corrupção, típico de uma sociedade emotiva, que segundo Holanda (2014) é característico dos povos do hemisfério sul, bem aos moldes de Platão, onde a parte superior (analogia ao Norte geográfico) é racional e a inferior emocional. Dessa forma, com os brasileiros (sub)entendendo-se como inferiores e, por conseguinte, o próprio Estado, patrimonialista *sui generis* (Faoro, 2012) e utilizando da malandragem e do jeitinho, tipicamente brasileiro (DaMatta, 1986), que se construiu um complexo de viralata (Souza, 2015). A ideia de pessoas corruptas, de um campo político corrupto e, obviamente, de um Estado corrupto, foi readequada, a partir de 2013, como sendo uma corrupção exclusivamente do PT.

Programas de fomento em trabalho e emprego, principalmente formais, com a valorização do salário-mínimo e investimentos em setores públicos legou ao Brasil um status de quase pleno emprego. As “consequências”? Os pobres passaram a se alimentar, o Brasil deixou o mapa da fome mundial na memória. Quase 40 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema. As pessoas não tão miseráveis passaram a se alimentar melhor e/ou a adquirir bens domésticos, como geladeiras e fogões (principalmente com a isenção de IPI em produtos básicos). Os que eram pobres foram alçados a Baixa Classe Média (BCM) e os BCM à Média Classe Média (MCM)<sup>4</sup>. Assim, muitos começaram a viajar; utilizar os aeroportos; adquirir veículos e imóveis próprios; e, adentrar nas universidades. Estes símbolos de distinção vinham sendo atacados, afetando diretamente os estratos mais

3 Neste sentido, referimo-nos, por exemplo, a cursos mais específicos, voltados para a formação de uma elite cultural e econômica, em que se disponibilizam as disciplinas em horários flutuantes ou em turno integral, ou ainda, apenas diurnamente. Em contrapartida, cursos menos “valorizados”, que se voltam para um público trabalhador-estudante, são facilmente encontrados no turno noturno. A exclusão e seletividade não termina na aprovação do vestibular. N.A.

4 “Média Classe Média”, assim como “Baixa Classe Média” e, ainda que não citada neste artigo, “Alta Classe Média”, são definições utilizadas por André Singer para diferenciar os estratos de classe média no Brasil. Estas definições foram elaboradas por Waldir Quadros. Para além das divisões de Classes médias, ainda teriam as divisões “Massa Trabalhadora” e “Miseráveis”. Pela definição do autor, o padrão de vida da ACM seria “aquele que toma como referência os profissionais de nível superior, microempresários, dirigentes, etc.; na MCM, os técnicos de nível médio, supervisores, professores de ensino médio etc.; e, na BCM, os auxiliares de escritório, professores de nível fundamental, balconistas, auxiliares de enfermagem etc” (Quadros, 2008, apud. Singer, 2018, p. 80).



elevados da classe média, todavia, foi com o planejamento de investimento de 100% dos royalties do Pré-Sal em educação que a elite econômica e financeira resolveu brechar o funcionamento desta agenda (Souza, 2017). Dito isso, podemos compreender a inserção cada vez mais recorrente de falas e/ou depoimentos de juristas, juízes e procuradores do Ministério Público Federal (MPF), bem como diretores da Polícia Federal (PF) e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Some-se a confiabilidade do efeito de verdade do JN ao discurso de altos escalões do Poder Judiciário e a opinião pública está disponível para ser consentida. Se comprada, a estratégia terá sido exitosa. Entretanto, com as Jornadas de Junho, com os protestos da Copa, bem como com os processos do Mensalão e da Lava Jato sendo espetacularizados, Dilma Rousseff vence o pleito de 2014. A estratégia gerou frutos – a votação foi a mais apertada da História brasileira –, mas o objetivo central não estava maduro. A participação da mídia, neste sentido, foi ainda mais incisiva pós-2014.

Quanto aos efeitos da consensualidade desta narrativa, o que se gera são, por exemplo, ações questionáveis de uma PF que escolta homens brancos em “motociatas” sem uso de capacete, enquanto sob o mesmo pretexto do não uso de tal material obrigatório, assassinam, com requintes de tortura e crueldade, um homem negro dentro de uma viatura asfisiado com gás lacrimogênio. Os efeitos econômicos observados são de aumentos de desemprego e informalidade, o que por conseguinte, empurra os mais vulneráveis para a pobreza extrema. Atualmente, no Brasil, mais da metade da população, ou seja, 120 milhões de pessoas, não sabe se conseguirá realizar três refeições no dia seguinte, dentre estas, 33 milhões de pessoas estão em situação de fome (Oxfam, 2022). Associado ao fator econômico, mas que rescalda em efeito social foi o descontrole dos preços dos combustíveis e, conseqüentemente, no preço dos alimentos. A inflação dos bens alimentícios é a maior desde a implementação do Plano Real (Vieceli, 2022). Sobre os efeitos sociais, observa-se um aumento exponencial da violência e dos crimes categorizados com o signo dos motivos fúteis, entre os quais, agressões em decorrência de discussões e/ou posicionamentos políticos. Narrativas como as enunciadas por Bolsonaro em campanha eleitoral de “fuzilar a petralhada”, chegou em festas de aniversários. As violências simbólicas, psicológicas e verbais, principalmente com a conjuntura pandêmica de isolamento, seguiram o mesmo padrão de evolução – afetando diretamente o público feminino. Evidentemente que a crise sanitária pandêmica exigiu medidas que impedissem um colapso econômico, entretanto, o atual governo não agiu neste tocante. Aliás, discursivamente, Bolsonaro atrelou todo o seu desgoverno aos efeitos do Covid-19 e mais recentemente ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Ora, para um público menos incauto, tal enquadramento não se sustenta. Em 2008, o mundo passou por uma mega bolha financeira e, mesmo assim, o Brasil, por conta de seu posicionamento no cenário econômico mundial de não atuar majoritariamente num único bloco, sentiu levemente os efeitos gerados a partir da falência do Lehmann Brothers (Paulson, 2010; Singer, 2012). Em relação a conflitos armados, não se pode deixar de ressaltar os conflitos na Líbia e Síria, ambas em 2011, na esteira da denominada Primavera Árabe, iniciada na Tunísia e estendida ao Egito, em que houve um número muito maior de emigrantes e refugiados, porém, sem a dramatização e apelo emocional-midiático de um conflito estar ocorrendo em países entendidos como ocidentais, europeus e de população branca. A problematização poderia ser ainda mais aprofundada, mas fugiria ao espaço aqui disponível. Fato é que tal conjuntura pandêmica e de conflitos externos não explicam o abismo econômico – para um único polo da sociedade –, em que o Brasil está. Por fim, se a fabricação consensual e construção da opinião pública preocuparam-se em enaltecer os escândalos de corrupção, porque o mesmo empenho não ocorreu, nos últimos anos, nos mais diversos casos suspeitos e em processos de investigação, ou ainda, nos confessos, como no caso em que envolveu o crime de Caixa 2 pelo ministro Onyx Lorenzoni – o qual pediu desculpas, devolveu parte dos recursos e perante a justiça, parece que foi realmente desculpado (Vieira, 2020). Ao que parece, nem a mídia, nem os setores mais conservadores, nem a sociedade em geral estaria preocupada com um corruto assumido estar na alta cúpula de um governo que defendia acabar com a corrupção. As vociferações quanto a corrupção nos governos do PT parece ser seletiva. O que sugere que o ódio social não esteja nesses objetos vazios, abstratos, mas há algo bastante palpável, em outras palavras, à divisão de espaços até então reservados para um público seletivo e distinto em relação aos demais grupos sociais. O ódio social, de um status quo desigual, chegou, com as estratégias aplicadas ao Estado. O ódio passou a ser institucional e, assim sendo, permeando os objetivos das políticas públicas (ou ausências destas) no atual governo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centrando o estudo na identificação do ódio disseminado na última década, bem como suas motivações, no cenário político brasileiro através da fabricação de consensos e de construção de uma opinião pública, e os efeitos gerados por tal efervescência, estimulado pelo papel das mídias, em nosso caso, observando a atuação editorial do Jornal Nacional da Rede Globo, buscou-se responder: Quais as motivações, estratégias e efeitos da fabricação de consensos e disseminação de ódio na sociedade brasileira?

O objetivo foi identificar e analisar as motivações da disseminação de tal afeto, bem como sua condensação no discurso social e seus efeitos políticos e sociais. Quanto a isso, considero que as principais motivações foram duas. Primeiramente de uma elite econômica desejosa de controlar os reguladores de Estado, de modo a interromper uma agenda socio-inclusiva que utilizasse os recursos do Estado, principalmente, dos royalties do Pré-Sal. A partir deste momento, a motivação foi fabricada por esta elite, com participação das mídias corporativas, e consentida por relevantes parcelas da classe média brasileira, frustradas com o avanço das classes tidas por subalternas, o que desprestigiou os símbolos que os distinguiam dos demais grupos sociais. A estrutura, que segue latente para um público mais incauto, é a de classe, induzindo o estudo a realizar digressões sobre a fabricação consensual em nossa sociedade, principalmente, no que tange a própria identificação do brasileiro, senso-comumente reavivado como discursos de ataque ao campo político, principalmente, as lideranças do PT, sigla que melhor representa tal agenda. Tal latência e ausência de criticidade, lograram aos grupos atacados e aos que atacavam, uma agenda política e econômica que transita na contramão dos interesses de ambos os grupos.

O estudo contribui para uma possibilidade explicativa/de abordagem que introduza as discussões de consciência de classe e luta de classes, de forma concreta, permitindo um olhar para além do superficial, projetando uma autonomia crítica, não apenas para leitura de textos, cenários e conjunturas, como de capacidade de filtragem dos discursos midiáticos, que reflita em decisões políticas e/ou partidárias condizentes com os interesses das classes as quais o sujeito se enquadre. Por possíveis limitações, a dificuldade foi trabalhar problema(s) históricos e sociopolítico recentes, contudo, ao recorrer a uma análise de estrutura, a partir da fabricação consensual foi possível perceber a reaplicação conjuntural das ideias dos intérpretes clássicos de Brasil, no atual cenário. Ao tratar dos efeitos, por obviedade, fizeram-se escolhas de alguns aspectos que montassem o cenário político e socioeconômico brasileiro, mantendo em aberto, um vasto leque de outras percepções possíveis. Por conseguinte, espera-se que o estudo sirva de base para trabalhos futuros nos diferentes níveis acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. (2020). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaia.
- Charaudeau, P. (2019). *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P. (2020). *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto.
- Chomsky, N. (2013). *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Chomsky, N. (2017). *Réquiem para o sonho americano: os 10 princípios de concentração de riqueza e poder*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fiori, E. (2020). Audiência de telejornais aumentou 17% com a pandemia. *Comunicare*. <https://www.portalcomunicare.com.br/audiencia-de-telejornais-aumentou-17-com-a-pandemia/>.
- DaMatta, R. (1986). *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Vieceli, L. (2022). Inflação dos alimentos é a maior até setembro desde o início do Plano Real. Estado de Minas Gerais. [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2022/10/19/internas\\_economia,1409083/inflacao-dos-alimentos-e-a-maior-ate-setembro-desde-o-inicio-do-plano-real.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2022/10/19/internas_economia,1409083/inflacao-dos-alimentos-e-a-maior-ate-setembro-desde-o-inicio-do-plano-real.shtml).
- Faoro, R. (2012). *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- Freyre, G. (2001). *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- G1.com. (2018). Lula tem 37%, Bolsonaro 16%, Alckmin 7%, aponta pesquisa Datafolha para 2018. <https://g1.globo.com/politica/noticia/lula-tem-37-bolsonaro-16-alckmin-7-aponta-pesquisa-datafolha-para-2018.ghtml>.
- Globo.com. (2022). *Jornal Nacional – História*. <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>.
- Holanda, S. B. (2014). *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lebrun, J. P. (2008). *O futuro do ódio*. Porto Alegre: CMC.
- Oxfam (2022). Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>.
- Paulson, H. (2010). *A beira do abismo financeiro*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pedroso, F. S. (2019). *Concentração de riqueza e poder: o mecanismo chomskiano aplicado ao Brasil do tempo presente (2013 – 2019)*. [Trabalho de Conclusão do Curso, Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS]. <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000026/0000263b.pdf>.
- Prodanov, C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale.
- Oliveira, G. (2014). Aécio Neves promete oposição 'incansável e intransigente'. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/05/aecio-neves-promete-oposicao-2014incansavel-e-intransigente2014d>.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, A. (2018). *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.

Taquari, F. (2015). “Não quero o impeachment, quero ver o governo Dilma sangrar” diz tucano. <https://www.valor.com.br/politica/3944096/nao-quiero-o-impeachment-quiero-ver-dilma-sangrar-diz-tucano>.

Casado, L. & Rittner, D. (2015). Governo Dilma pode ser ‘mais breve do que alguns imaginam’, diz Aécio. <https://www.valor.com.br/politica/4121716/governo-dilma-pode-ser-mais-breve-do-que-alguns-imaginam-diz-aecio>.

Vieira, G. (2020). Onyx Lorenzoni admite Caixa 2 e paga R\$ 189 mil para se livrar de ação. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/08/03/onyx-lorenzoni-admite-caixa-2-e-paga-r-189-mil-em-acordo-com-a-pgr.ghtml>.